

# A quimera da saúde privatizada

*Maria Emília Amaral\**

Os empresários do setor seguro-saúde afirmam, e os números levam a crer, que a privatização total do sistema de saúde no Brasil é mera questão de tempo. No rastro da quebradeira da Previdência Social, as empresas de medicina de grupo vêm conquistando um espaço cada vez maior no mercado. Só no período de janeiro a julho desse ano, as vendas de planos de saúde a clientes individuais e às empresas cresceram em mais de 150% se comparadas com o mesmo período do ano passado, e já atinge a marca de 10% da população economicamente ativa ou 6 milhões de brasileiros. Por certo, as empresas de medicina de grupo quando surgiram no país nos anos 70, sentiram o cheiro do "estouro" no mercado futuro, porque naquela época começava também a decadência das instituições públicas de saúde.

Ao que tudo indica, é do interesse do governo federal que a privatização da saúde se concretize o mais rápido possível, haja vista a omissão quanto a um planejamento para a saúde pública, que como todos sabem já atingiu o fundo do poço do desespero. Por outro lado, a opção crescente pelo seguro-saúde, surge como um forte sinal de que a sociedade economicamente ativa, desistiu do Estado como agente responsável pela promoção da Saúde, como reza a Constituição Brasileira.

Falta de recursos materiais e humanos e baixos salários, de há muito se tornou rotina para os médicos do serviço público, que por desesperança, pouco a pouco também vão desistindo dele. Cerca de 70% dos médicos brasileiros em atividade, trabalham para a medicina de grupo sob o sistema de convênios em regime de profissional autônomo. Profissional autônomo que difere essencialmente dos demais, já que recebe honorários estipulados segundo uma tabela de valores mínimos, e "oferecem" prazos máximos para o recebimento (45 a 60 dias) sem correção monetária. Como se vê, o processo de privatização da Saúde caminha a pleno vapor, e ao contrário da Usiminas, pouca ou nenhuma manifestação contrária tem despertado.

O Sistema Único de Saúde, idealizado e aprovado pela 8ª Conferência Nacional de Saúde em 1986, e posteriormente referendado pela Assembleia Nacional Constituinte como uma revolução na medicina pública, tem sofrido tantas deformações, que de solução passou a ser problema para a administração da Saúde pelas prefeituras. Na teoria o SUS permitiria a descentralização do sistema, de maneira a permitir que a comunidade municipal fosse a verdadeira gestora da saúde, cabendo à União o repasse sistemático de recursos para a implantação e manutenção do sistema. Na prática, no entanto, o governo federal vem abrindo mão de fazer a sua parte quando instituiu o processo de ganho segundo a produtividade. As unidades públicas de saúde necessariamente serão mantidas somente com o que contabilizarem em número de internações e consultas realizadas.

No Rio de Janeiro, já estão sendo repassadas ao Município, as 27 unidades do Inamps, sucateadas e deficitárias em recursos humanos, num processo que caracteriza ao invés da municipalização da saúde, a "prefeiturização" dos problemas. A partir de 31 de dezembro de 1991, as prefeituras terão que arcar sozinhas com os custos da caótica e complexa rede herdada. Esse parecer o meio mais simples e rápido de inviabilizar a medicina pública, quando se sabe que a lógica empresarial da produtividade em saúde, não tem a menor chance de sucesso no Brasil, recordista em miséria e doenças.

Mais grave ainda o quadro se revela, se tomarmos como exemplo a população que reside na zona oeste do Rio, na baixada fluminense e nos Municípios de Niterói e São Gonçalo que sequer têm hospitais e postos de saúde em número adequado para atendimento médico de cerca de 20 milhões de pessoas. Como pensar em financiamento segundo produtividade, se não há a mínima estrutura para produção? Com a implantação desse sistema não fica difícil de saber quem será mais uma vez penalizado. Sem dúvida aqueles 60% de brasileiros, economicamente inativos porque miseráveis que não terão como engrassar o faturamento das empresas de medicina de grupo.

\* Médica, presidente da Comissão de Ética do Hospital Souza Aguiar